JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III – Nº 496 – Brasília, quinta-feira, 3 de julho de 1997

Ao receber manifesto de representantes empresariais pela imediata aprovação das reformas, Antonio Carlos lembra que os trabalhadores têm atuado na defesa de seus pontos de vista

ACM convoca empresários a se mobilizar pelas reformas

Presidente do Senado destaca que a Casa aprovou apenas neste semestre 209 matérias importantes e prevê que as mudanças na Previdência chegarão ao plenário ainda durante o período de convocação extraordinária

Os pareceres sobre a Lei Geral de Telecomunicações foram apresentados ontem em reunião de três comissões

O Congresso Nacional é a casa do operário e do empresário, afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao pedir mobilização nacional dos empresarios em favor das reformas.

ACM fez a convocação em resposta a documento de entidades de Goiás em favor da imediata aprovação das reformas tributária, administrativa e previdenciária. O senador prevê que a reforma da Previdência chega ao plenário do Senado ainda este mês. **Página 3**

Sérgio Motta fala hoje sobre a LGT

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, fala hoje no Senado sobre o projeto de Lei Geral das Telecomunicações, a cujos pareceres foi ontem concedida vista coletiva. **Página 5**

Palmeira pede regras para eleições

Guilherme Palmeira considera urgente a definição de regras para as próximas eleições. Página 2

Estado e prefeitura do Rio podem rolar dívida

O governo estadual e a prefeitura do Rio foram autorizados a rolar suas dívidas que vencem no segundo semestre, com parecer favorável de Ney Suassuna. **Página 6**

Ney Suassuna

Marina desmente Ibama

Marina Silva desmentiu o presidente do Ibama e foi apoiada por ACM, Suplicy, Simon, Palmeira, Dutra e Carlos Wilson. **Página 7**

Campos anuncia restauração de rodovias em MT

O senador Júlio Campos (PFL-MT) informou que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) divulga hoje os primeiros editais internacionais para a restauração de 14 mil quilômetros de rodovias federais. As primeiras estradas a serem recuperadas serão as de Mato Grosso, incluindo as BRs-070, 163 e 174, disse ele.

A decisão de começar os trabalhos de restauração por essas rodovias, segundo o senador, deve-se ao fato de que elas são estratégicas para o escoamento de soja da região. Júlio Campos anunciou ainda que a previsão é de que as obras tenham início no mês de outubro.

Ademir elogia atuação de Jungmann

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), apresentando-se como "um dos críticos contumazes" do governo, particularmente no que se refere à questão da reforma agrária, manifestou ontem sua surpresa e satisfação com os resultados de viagem ao sul do Pará feita, no fim de semana, pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e pelo presidente do Incra, Milton Seligman.

Jungmann e Seligman estiveram nos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia e visitaram a Fazenda Bradesco, onde se reuniram com proprietários de terra e "todos os grupos da região ligados à luta pela reforma agrária". Na opinião do senador, "o diálogo foi extremamente franco e produtivo".

Ademir viajou com o ministro

Preocupado com a próxima campanha eleitoral, senador propõe a regulamentação da emenda constitucional da reeleição como tema urgente

Palmeira já sugere a pauta para o segundo semestre

Regulamentar a emenda constitucional da reeleição, discutir a viabilidade da redução, para 20 dias, do período entre o 1º e 2º turnos das eleições majoritárias para o Executivo e elaborar um Código Eleitoral que se torne definitivo como a Lei das Inelegibilidades e a Lei dos Partidos são, conforme sugeriu ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), as tarefas mais urgentes a exigir a atenção dos parlamentares no próximo semestre legislativo.

Quanto às regras para os candidatos à reeleição, o senador afirmou que "a lei seria rigorosamente dispensável" nos casos do presidente Fernando Henrique Cardoso e do vice, Marco Maciel, "pelo passado de ambos, pelo procedimento ético de suas vidas públicas e pela absoluta correção em todos os cargos que exerceram". O mesmo valeria para inúmeros governadores e prefeitos, mas, a seu ver, em todos os casos, não é dispensável que a lei separe "as atividades político-administrativas dos ocupantes de cargos executivos daquelas de caráter eleitoral, que são típicas dos candidatos".

Guilherme Palmeira considerou, a título de exemplo, a utilização de aeronaves. Na sua opinião, não haveria inconveniente no uso de aeronaves oficiais para viagens de rotina, impostas pelos deveres do cargo. No entanto, para disputar votos e realizar comícios, os candidatos à reeleição deverão usar os recursos ao alcance de todos os concorrentes ou, se se valerem da propriedade pública, deverão fazê-lo "mediante ressarcimento adequado".

Palmeira quer novo Código Eleitoral

Quanto à redução do intervalo entre o 1º e o 2º turno, Palmeira manifestou dúvidas com respeito à sua viabilidade. Ele considerou que, nas eleições de 1996, apenas 30% dos eleitores tiveram acesso ao "voto informatizado" e que, somente com recursos orçamentários permitindo que a informatização atinja 70% do eleitorado, será possível garantir aquele prazo.

Avaliação otimista da Abdid com ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, durante audiência ao presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José Augusto Marques, um levantamento realizado pela entidade com conclusões otimistas sobre a situação do setor - os projetos já em andamento, somados àqueles que serão iniciados até o ano 2000, totalizam US$ 190 bilhões, e 53 mil novos empregos diretos serão criados entre 1997 e 1999.

O empresário indagou ao senador sobre a tramitação de projeto de interesse da entidade que cria a Agência Nacional do Petróleo, tendo sido informado de que a votação está prevista para julho. Os principais setores de atividade das empresas congregadas pela Abdib são energia elétrica, petróleo e gás, transporte, saneamento e indústrias de base em geral.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside reunião da Comissão Diretora

11h30 - Recebe o presidente do Conselho Editorial do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito

12h - Recebe o diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Edmundo Jarquín, acompanhado do representante do BID no Brasil, Jorge Elena

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

20h - Participa de coquetel oferecido pelo diretor-geral da Unesco, Frederico Mayor. *Embaixada da Argentina - SHIS - Ql 5 - Chácara 28 - Lago Sul*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do ***PDL nº 72/96**, que aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Brasília, em 26.06.95; do ***PDL nº 18/97**, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e a Malásia, em Kuala Lumpur, em 29.01.96; e do ***PDL nº 22/93**, que aprova o texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Nacional.

COMISSÕES

10h - Reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro das Comunicações, Sérgio Motta; do advogado com especialização em Legislação de Telecomunicações, Gaspar Vianna; e do deputado Alberto Goldman, acerca da instrução do PLC nº 24/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Presidente do Senado conclama a classe empresarial a exercer "uma pressão legítima" em favor das mudanças constitucionais. O Congresso "é a casa do operário e do empresário", destacou

ACM mobiliza empresários por reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, conclamou ontem os empresários goianos a mobilizarem seus colegas de todo o país para "exercerem uma pressão legítima sobre o Congresso em favor da aprovação das reformas já".

A convocação foi feita em resposta a documento subscrito pelas principais entidades do empresariado de Goiás, em favor da imediata aprovação das reformas tributária, administrativa e previdenciária. O manifesto foi entregue pela manhã aos presidentes da Câmara e do Senado, durante encontro que contou ainda com a presença dos ministros da Justiça e da Coordenação Política, respectivamente Iris Rezende e Luiz Carlos Santos.

- O Congresso Nacional é a casa do operário e do empresário - destacou Antonio Carlos Magalhães, para reforçar o estímulo à mobilização e participação do empresariado em favor da urgente aprovação das reformas constitucionais, a exemplo do que tradicionalmente fazem as entidades representativas dos trabalhadores, em defesa de seus pontos de vista e interesses.

Antonio Carlos participou de encontro com empresários goianos, quando recebeu documento em favor das reformas

O deputado Michel Temer, presidente da Câmara, apoiou o "chamamento" do presidente do Senado e saudou "a saída do empresariado do casulo em que sempre ficou, evitando a participação no processo político". Os presidentes das duas Casas do Congresso também repudiaram as críticas que tentam debitar ao Legislativo o atraso na apreciação das reformas.

Apenas no primeiro semestre deste ano, informou Antonio Carlos Magalhães, o Senado apreciou 209 proposições importantes, e, conforme acrescentou, a Câmara "já fez mais em favor de reformas profundas e importantes, nos dois últimos anos, do que ao longo dos últimos 20 ou 30 anos".

Os senadores Mauro Miranda, Onofre Quinan e Otoniel Machado, do PMDB de Goiás, também se manifestaram em apoio ao pleito dos empresários a favor da aprovação urgente das reformas constitucionais.

Visita do novo embaixador brasileiro na Argentina

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, recebeu ontem a visita do embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, que está de partida para Buenos Aires, onde chefiará a representação diplomática brasileira, em substituição ao embaixador Marcos Azambuja, removido para a embaixada brasileira na França. Correa apresentou suas despedidas ao senador e aproveitou a oportunidade para trocar idéias sobre o trabalho que vai desenvolver na embaixada junto ao governo argentino.

Antonio Carlos recebeu ontem o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa

Previdência será votada até agosto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que a reforma da Previdência sai das comissões e chega ao plenário da Casa ainda durante a convocação extraordinária, e a votação final será, no mais tardar, em agosto. Antonio Carlos assegurou: "Vamos votar quase tudo que veio na pauta".

ACM disse que o Senado não aceitará mais votar apressadamente os pedidos de emissões de títulos de estados e municípios que chegarem à Casa.

- Não nos responsabilizamos mais pelos pedidos sem prazo mínimo de vinte dias para a apreciação. Não deixaremos de votar, mas não nos responsabilizamos se for ultrapassado o prazo desejado pelos interessados - afirmou.

O senador reafirmou que não acredita na intenção do presidente da República de cobrar do Congresso o atraso na votação das reformas:

- Tenho certeza de que o objetivo do presidente não é criar problemas com o Congresso. O presidente não cobrou do Congresso, até porque, quando este retarda as votações, quase sempre o faz em entendimento com o governo e seus líderes, para evitar que o projeto seja derrubado - disse.

ACM considera inócuo detalhar em lei os parâmetros éticos do comportamento do presidente da República durante a campanha de reeleição:

- O candidato que está no governo só tem a perder se abusar do cargo. Não é pela legislação que se poderá evitar isso. O eleitor sempre dá o troco quando o governo abusa - observou.

Dez tentativas frustradas de estabilizar a economia tornaram a nação cética, até a implantação da nova moeda, que teve quatro fatores fundamentais ao seu êxito, segundo o senador

Serra: Real acabou com "nuvem quente da inflação"

Técnicos do Brasil e da Venezuela estudam a hidrelétrica, afirmou Romero Jucá

Roraima terá energia barata em 99, segundo Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou, em plenário, que equipes técnicas da Eletronorte e da Companhia de Energia da Venezuela se reuniram ontem para tratar da concorrência para as obras das linhas de transmissão de energia da hidrelétrica de Curi, na Venezuela, até Boa Vista (RR). Ele destacou que, na reunião, foram discutidos outros assuntos referentes ao empreendimento, como cronograma das obras, montagem das subestações nos dois países e questões ambientais.

Jucá explicou que a rede de transmissão, que deve ficar pronta no início de 1999, assegurará energia barata e não-poluente para o desenvolvimento de Roraima. "É mais um compromisso de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, em relação à estruturação do estado, que toma forma", destacou.

O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem que o Plano Real, que completou três anos no último dia 1°, representou o "fim da nuvem de poeira quente da inflação". Ele lembrou que antes do Real houve dez tentativas de estabilização econômica, "todas fracassadas", e por isso havia ceticismo a respeito de qualquer plano econômico.

Serra lembrou Collor e Ricúpero

Serra enumerou os fatores que, a seu ver, possibilitaram o sucesso do Real: a criação de um padrão de disciplina fiscal, a nomeação de Rubens Ricúpero para o Ministério da Fazenda, que manteve o apoio do presidente Itamar Franco ao plano; a abertura comercial e financeira promovida por Fernando Collor; e a bonança no mercado financeiro internacional.

Em apartes, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) condenou o aumento de juros para os investidores internacionais e o senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que o Plano Real melhorou a vida dos menos favorecidos e distribuiu a renda.

■ Leia mais sobre o Plano Real na página 8.

Alcântara acredita que aumentará doação de órgãos

Ao comentar em plenário decreto presidencial de regulamentação da lei que transformou todos os brasileiros em doadores potenciais de órgãos para transplantes, salvo manifestação em contrário registrada em carteira de motorista ou de identidade, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que o decreto, complementado por ampla campanha de divulgação, contribuirá para o necessário aumento da oferta de órgãos no país.

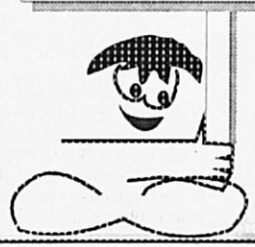
Alcântara diz que crescerá doação

Após a regulamentação, trata-se agora, na opinião de Lúcio Alcântara, de promover campanha de esclarecimento, enfatizou.

O decreto também obteve recepção positiva de um dos autores da lei de doação, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Para ele, a regulamentação "parece muito bem feita", mas exigirá grande esforço de divulgação. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) disse que a regulamentação aumentará a oferta de órgãos disponíveis para transplantes.

CURSOS DO ILB

- Contabilidade Pública - de 7 a 18
- SIAFI Básico - de 9 a 20
- Secretariado em Sintonia com o Momento - de 21 a 23
- Excelência no atendimento ao usuário - de 28 a 31



JULHO/97

Inscrições abertas
Informações
311-3394/ 1492

■ Suplicy pede por líder timorense

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao governo que se dirija à comunidade internacional e à ONU para que seja criada comissão para averiguar as circunstâncias da morte do comandante David Alex, líder da resistência no Timor Leste. O senador disse que ele teria sido morto sob tortura, depois de levemente ferido e levado a um hospital da Indonésia, cujo governo estaria desrespeitando os direitos humanos ao não explicar sua morte de maneira convincente.

■ Lobão lamenta morte de desembargador

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou o falecimento do desembargador João Miranda Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, assinalando que "o estado perdeu uma figura notável nos meios jurídicos do país". Conforme o senador, Miranda Sobrinho, magistrado de carreira, percorreu desde jovem várias comarcas do estado e, "por onde passou, deixou a marca de sua forte personalidade". Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) associou-se às manifestações de Lobão.

■ Tebet lembra ex-prefeito de Três Lagoas

Como ex-prefeito de Três Lagoas (MS), sua cidade natal, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou ontem seu profundo pesar pelo falecimento de Marcolino Carlos de Souza, conhecido como *Totó*, que foi o primeiro prefeito eleito do município.

- Foi um dos melhores, senão o melhor de todos os prefeitos de Três Lagoas, responsável pela implantação do sistema de abastecimento de água da cidade - disse.

Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Serviços de Infra-Estrutura ouvem esta manhã o ministro das Comunicações sobre o projeto que privatiza as teles em todo o país

Motta fala hoje sobre nova lei das telecomunicações

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva, por cinco dias, dos três pareceres favoráveis ao projeto de Lei Geral das Telecomunicações (LGT). Os pareceres foram apresentados em reunião conjunta da CCJ e das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), ontem, tendo como relatores, respectivamente, os senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

Os pareceres, que mantêm a redação dada pela Câmara dos Deputados ao projeto de iniciativa do Executivo dispondo sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, deverão ser discutidos e votados em reunião conjunta convocada para a próxima terça-feira.

As três comissões voltam a se reunir hoje, às 10h, para ouvir o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), relator do projeto na Câmara, e o advogado Gaspar Viana, especialista em legislação de telecomunicações. A audiência pública foi proposta pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A área econômica do governo prevê que a aprovação do projeto permitirá o ingresso de R$ 79 bilhões para o setor nos próximos cinco anos. Entre as principais mudanças que deverão ser introduzidas com a aprovação da proposta inclui-se a criação da Agência Nacional de Telecomunicações, que terá a função de órgão regulador para a área.

A reunião conjunta das três comissões, quando foi decidida a concessão de vistas à LGT do Executivo

Pedido de vista, questão de consenso

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu em seu requerimento a necessidade de que "assunto de tão relevante interesse para o país", como a privatização das telecomunicações, merece ser aprofundado antes de ser votado pelas três comissões, já que o parecer vindo da Câmara chegou ao Senado há pouco mais de uma semana. Por isso ele propôs que fosse feito o convite ao ministro e ao técnico Gaspar Viana para participarem de audiência pública.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS), que afirmou haver acompanhado a proposta desde que ela foi enviada à Câmara, em fevereiro passado, sugeriu que seja ouvido o deputado Alberto Goldman, que foi encarregado de dar parecer à matéria na outra Casa do Legislativo e "conhece profundamente o assunto".

Por sua vez, Roberto Freire (PPS-PE) criticou a maneira "aligeirada" como o projeto tramita no Senado. "Não podemos ceder às pressões dos empresários ou do próprio Executivo", disse Freire, para quem o Senado precisa evitar que sua participação legiferante se restrinja à de um órgão homologatório. "Caso contrário, estamos correndo o risco de abdicarmos dos nossos poderes", advertiu.

"Debate tem aspectos políticos, e não puramente técnicos", lembra Elcio Alvares

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), rebateu as críticas feitas à proposição pelos oposicionistas. Ele entende que o Regimento Interno dá margem para o pedido de vista e a apresentação de emendas tanto nas comissões como no plenário. Segundo Elcio, o governo tem uma posição e "não podemos nos abstrair de que o debate tem aspectos políticos, e não apenas meramente técnicos".

Para o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a discussão dos três relatórios em uma mesma reunião, ao contrário do que afirmavam os senadores que fizeram restrições a esse procedimento, poderá enriquecer o resultado final. Arruda lembrou que a aprovação do projeto que regulamenta a participação da iniciativa privada nas telecomunicações pode viabilizar a entrada de grande volume de recursos e, conseqüentemente, a geração de novos empregos.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Serra (PSDB-SP), mesmo reconhecendo que já se encontrava em condições de votar os três pareceres, apoiou a proposta do convite ao deputado Alberto Goldman, relator da LGT na Câmara. Uma vez que o projeto original foi bastante modificado na Câmara, Serra considerou que Sérgio Motta pouco teria a acrescentar sobre a nova proposta.

Também participaram dos debates Levy Dias (PPB-MS), Esperidião Amin (PPB-SC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que considerou necessária a modificação do Regimento Interno.

Comissões votarão proposta na terça-feira

O projeto de Lei Geral das Telecomunicações aprovado pela Câmara dos Deputados deverá ser votado na próxima terça-feira, em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado.

A proposta cria a Agência Nacional de Telecomunicações (ANT), à qual caberá autorizar o Poder Executivo a promover a desestatização do sistema Telebrás e a fazer a abertura do setor à concessão e autorização do funcionamento de qualquer entidade que deseje operar as diversas modalidades do sistema.

A ANT, de acordo com os pareceres que recebeu nas três comissões do Senado, terá autonomia administrativa para constituir seu quadro de pessoal, mas caberá ao Senado Federal aprovar seus diretores, que serão indicados pelo presidente da República.

Segundo o projeto, a ANT terá a função de estabelecer a separação entre o papel do poder público como regulador, estimulador, promotor e fiscalizador do sistema de telecomunicações e o papel do setor privado como operador deste sistema.

O projeto também atribui competência ao Poder Executivo para definir a participação do capital estrangeiro no plano geral de outorgas (como o país será dividido, quais as modalidades em cada área) e no programa de extensão dos diversos serviços de telecomunicações à população.

O incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento para o avanço tecnológico das telecomunicações será, de acordo com o projeto, realizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações. Caberá a esse fundo o aporte de recursos para o avanço tecnológico do setor.

Projeto aprovado ontem acolhe pedido de emissão de títulos estaduais, no valor de R$ 745 milhões, e municipais, alcançando R$ 228 milhões, o que totaliza 98% dos compromissos que vencem no segundo semestre

Senado autoriza Rio a rolar dívidas

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo estadual e a prefeitura do Rio de Janeiro a emitirem, respectivamente, letras financeiras dos tesouros estadual e municipal para rolar 98% de suas dívidas mobiliárias vencíveis no 2º semestre de 1997.

Os títulos estaduais totalizam, em valores de 31 de dezembro de 1996, R$ 745.133.189,30. Já os municipais somam, em valores de 31 de março de 1997, R$ 228.534.233,96.

Tanto o estado como a prefeitura honraram os títulos vencidos na terça-feira (dia 1º), conforme esclareceu o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator dos dois pedidos na Comissão de Assuntos Econômicos. Segundo o senador, estado e prefeitura resgataram apenas os títulos cujos portadores requisitaram quitação.

A matéria não foi submetida à apreciação do plenário do Senado na data do vencimento da primeira parcela do alongamento das dívidas, na terça-feira, por impedimento regimental: no primeiro dia de uma convocação extraordinária, nenhuma matéria pode ser submetida à deliberação do plenário.

O relator Requião, o vice-presidente Melo, o presidente Cabral e o senador Suplicy, na reunião da CPI

Para Requião, Accorsi e Celso Pitta foram omissos

"Omissão e desídia caracterizaram tanto o depoimento de Darcy Accorsi quanto o de Celso Pitta", disse o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao final da reunião em que o ex-prefeito de Goiânia explicou à CPI dos Precatórios por que quase emitiu títulos para pagar débitos judiciais inexistentes.

- O ex-prefeito Accorsi estava tentando emitir títulos para pagar precatórios de uma lista em que 70% dos valores eram falsos. E, como Celso Pitta, ele atribui essa responsabilidade a seus funcionários. Ele só não emitiu os papéis porque o Tribunal de Contas não deixou. E a responsabilidade é dele, não dos funcionários, afirmou o relator da CPI.

Apesar disso, o ex-prefeito foi elogiado pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM) e pelo presidente da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM), os quais destacaram o fato de que, não podendo emitir os papéis, ele pagou os precatórios devidos pelo município com recursos existentes na prefeitura. Requião deixou claro que não subscrevia os elogios:

- Ele não chegou a emitir os títulos, mas eu não subscrevo os elogios aqui feitos. Houve omissão do prefeito sobre a ação dos seus auxiliares e a responsabilidade é dele. O Senado recebeu desse prefeito uma relação fraudada de precatórios e fraude não merece elogios desse relator.

Na mesma reunião, a CPI decidiu dar um prazo de 72 horas para que o Bradesco quebre o sigilo bancário de uma conta CC-5 (que permite depósito no exterior) cujo titular não foi revelado, mas que está sendo protegido por aquela instituição desde maio. Bernardo Cabral designou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o delegado Paulo Lacerda para levarem essa comunicação ao Bradesco. Conforme Cabral, se a instituição não quebrar o sigilo dessa conta em 72 horas, seu presidente, Lázaro Brandão, e o vice, Ageo Silva, poderão ser responsabilizados por obstrução dos trabalhos da CPI.

Governadores serão reconvocados

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), vai entrar em contato com os governadores Paulo Afonso (Santa Catarina) e Miguel Arraes (Pernambuco) e com o ex-prefeito Paulo Maluf (São Paulo), convidando-os mais uma vez a se apresentarem à comissão, a fim de se defenderem.

Marcados para se apresentarem ontem, Paulo Afonso e Arraes mandaram ofícios dizendo que não podiam vir. A comissão decidiu então que o senador Bernardo Cabral conversará com os três, na tentativa de marcar seus depoimentos para quarta e quinta-feira da próxima semana.

O presidente da CPI alertou para a hipótese de os telefones dos senadores que integram a comissão estarem sob censura. Roberto Requião (PMDB-PR) disse que já tem certeza do grampeamento do seu, visto que submeteu o aparelho do seu escritório, no Paraná, a um detector de grampo e isso foi confirmado.

Receoso de que os telefones do PPB em Florianópolis tenham sido também objeto de quebra de sigilo, Esperidião Amin (PPB-SC) pediu a convocação do diretor e de funcionária da Telesc para confirmar se houve ou não quebra do sigilo telefônico.

"Grampo" ainda não foi esclarecido

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem o registro, nos Anais do Senado, do *termo de declaração* assinado por Francisco Afonso Evangelista Vieira, diretor da Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), sobre as providências que estão sendo adotadas para esclarecer os acontecimentos que resultaram no vazamento de informações sigilosas sobre extratos de contas telefônicas no estado.

Casildo Maldaner referia-se ao fato de que na terça-feira o senador Esperidião Amin (PPB-SC) informara em plenário ter recebido ofício do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sobre a quebra de sigilo nos telefones do PPB em Santa Catarina. Conforme Esperidião Amin, o ministro Sérgio Motta lhe disse que uma auditoria na Telebrás constatou que a quebra do sigilo não foi autorizada e, por isso, seria aberta uma sindicância para apuração das responsabilidades.

Ao apresentar ontem o termo de declaração assinado pelo diretor da Telesc, o senador Casildo Maldaner disse que o documento data de 27 de maio passado e demonstra que a funcionária da Telesc que teria informado a imprensa sobre essa quebra de sigilo, na realidade, não o fez.

Maldaner quer esclarecer quebra de sigilo nos telefones do PPB, em Santa Catarina

Waldeck Ornelas: maior festa cívica e popular do país

Waldeck faz homenagem ao povo baiano, no 2 de Julho

Em nome da bancada da Bahia, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) solidarizou-se ontem, em plenário, com o povo baiano pela celebração do episódio de 2 de julho de 1823, quando aquele estado dissipou o último foco de resistência portuguesa no Brasil. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às homenagens, dizendo que os baianos comemoram os heróis do passado na expectativa de um grande futuro.

Waldeck disse que, numa caminhada que reproduz os acontecimentos daquela época, a Bahia realiza neste dia a maior festa cívico-popular do país. Ele lembrou que essa luta definitiva pela independência aconteceu dez meses depois do Grito do Ipiranga, com a vitória sobre as últimas tropas portuguesas que resistiam no estado.

Depois de lembrar que foi na Bahia que aportaram os descobridores portugueses, o senador disse que aquele estado se orgulha de ter também derramado seu sangue pela Independência do Brasil.

"Quero deixar claro que o meu único limite, na política, é a ética", afirma senadora, ao rebater acusações de Eduardo Martins publicadas na revista Veja

Marina considera "infâmia" crítica feita a ela pelo presidente do Ibama

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o presidente do Ibama, Eduardo Martins, foi "injusto e mentiroso" ao afirmar, em entrevista à revista *Veja*, que ela teria trocado ética por voto em relação ao embargo das obras da BR-364. "Não posso admitir uma infâmia dessa, afinal dedico a minha vida à luta pela ética na política", protestou.

Marina disse que nunca apoiou o embargo da BR-364, que liga o Acre à Bolívia, pois, salientou, a estrada é fundamental para a região. A senadora esclareceu que mandou ofícios aos presidentes da República e do Ibama sugerindo alternativas para que as exigências ambientais fossem respeitadas e, assim, não se interrompessem as obras na rodovia.

Marina considera a rodovia BR-364 fundamental para a região Norte

- Quero deixar claro que o meu único limite, na política, é a ética. Talvez o presidente do Ibama esteja me confundindo com aqueles que compram votos com dinheiro público - assinalou.

Marina estranhou também declaração de Eduardo Martins de que a devastação na Floresta Amazônica não é um problema. "A situação na Amazônia, como mostram pesquisas recentes, é gravíssima", frisou a senadora.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que encaminhou à revista *Veja* uma carta em que destaca a atuação de Marina em favor do meio ambiente, e Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que o presidente do Ibama foi infeliz ao atacar a senadora, pois ela é um "exemplo do que há de bom" no Congresso.

Antonio Carlos aponta ofensa ao Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu enviar carta ao presidente da República, protestando oficialmente, em nome da Casa, contra declarações do presidente do Ibama, Eduardo Martins, consideradas ofensivas à senadora Marina Silva (PT-AC).

- Vou fazer uma carta ao presidente da República, dizendo que o Senado se sentiu ofendido com as declarações injustas de um funcionário subalterno do governo contra uma senadora - afirmou.

Para Antonio Carlos, o presidente do Ibama deveria ser demitido, porque "todo funcionário que tem divergência pública com o presidente da República não pode continuar no governo". Ele admitiu, porém, que "o estilo do presidente é outro", tanto que Martins continua no cargo.

- Eu mandaria fazer o decreto de demissão, e o enviaria, junto com a entrevista do presidente do Ibama, ao ministro do Meio Ambiente; caso este não subscrevesse o decreto, seria também demitido - disse.

No plenário, o presidente do Senado voltou a protestar contra as declarações do presidente do Ibama. Ele afirmou que não admite esse tipo de tratamento aos senadores por auxiliares do Executivo.

"Nós tomamos a ofensa dirigida à senadora Marina Silva como dirigida ao Senado", concluiu Antonio Carlos.

Senadores demonstram solidariedade

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) manifestou solidariedade a Marina Silva (PT-AC), dizendo que o presidente do Ibama, "foi de uma infelicidade total" na entrevista que deu à revista *Veja*. Ele elogiou as providências anunciadas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que levará o assunto ao presidente da República.

Em aparte, José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou que Martins "perdeu ótima oportunidade de ficar calado". O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), por sua vez, manifestou sua convicção de que o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, cobrará uma retratação de Eduardo Martins.

Simon insiste em rever a Constituição em 1999

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a defender ontem a realização de uma revisão constitucional nos moldes da proposta que apresentou no ano passado e que está tramitando no Senado. Simon disse que, apesar de a Constituição de 1988 ter representado um grande avanço, a medida é necessária para adequar a Carta à conjuntura atual.

Explicou Simon que a futura Assembléia Revisora seria aprovada por plebiscito popular a ser realizado junto com as eleições de outubro de 1998. Instalada em 1º de janeiro de 1999, teria o prazo de um ano para estudar as modificações necessárias. Depois de promulgada, segundo o senador, seria realizado um referendo para que o povo se pronunciasse sobre o texto aprovado. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a proposta de Simon era um desafio para todos os parlamentares, assinalando que é preciso dar um tratamento sistêmico à Constituição.

Simon defende plebiscito

Governo prioriza a doença, não a saúde, reclama Ney Suassuna

Suassuna pede prioridade para a saúde pública

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a destinação prioritária dos recursos da saúde para o controle de doenças e vigilância sanitária, ações na área da saúde pública. Ele disse que boa parte da verba arrecadada pela CPMF será empregada para saldar dívidas anteriores, não vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), como o resgate de empréstimos tomados ao Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT).

Suassuna acentuou a necessidade de o governo investir pelo menos R$ 18 bilhões por ano para garantir programas como a redução da mortalidade infantil e o combate a doenças endêmicas.

O senador disse, ainda, que os gastos do Ministério da Saúde se destinam a atendimentos ambulatoriais e internações, numa demonstração de que a política nacional de saúde está priorizando a doença e não a saúde. "Gasta-se muito com doenças que poderiam ser facilmente evitadas, enquanto milhões de brasileiros não têm acesso ao atendimento básico."

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou que o Congresso tem de assegurar recursos ao governo, talvez com a prorrogação da CPMF. Já o senador Otoniel Machado (PMDB-GO) disse que os problemas da saúde pública não estão simplesmente na falta de recursos, mas na má administração das verbas.

Discursos no aniversário do Real convenceram o senador de que o presidente da República não vê "os gravíssimos problemas sociais do país"

Para FHC, a realidade é "rósea", reclama Suplicy

"Os pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os três anos de implantação do Plano Real mostram que ele está vendo o Brasil de forma rósea", disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), acrescentando que o presidente "precisa de novos óculos, para ver os gravíssimos problemas sociais do país". Ele ressaltou que, na vigência do plano, o desemprego aumentou em São Paulo, Porto Alegre e Brasília.

Suplicy lembrou que o povo elegeu um presidente cuja prioridade na campanha política era a geração de empregos. "No entanto, o Plano Real consolidou um movimento de desestruturação do mercado formal de trabalho e a criação de empregos informais não é suficiente para compensar o fechamento dos postos de trabalho."

O senador disse que a substituição de empregos com carteira assinada por ocupações informais vem sendo apontada pelo governo como um paliativo para o desemprego. Mas observou que, segundo economistas do Dieese e do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp, esses novos empregos são precários porque não dão garantias trabalhistas e oferecem, na média, rendimentos menores do que os empregos com carteira assinada.

Suplicy acha que o presidente precisa de óculos novos para ver a realidade

Suplicy julga que "o que se vê, agora, é que a saída não será encontrada a curto prazo, principalmente para os trabalhadores maiores de 45 anos". A propósito, ele elogiou projeto de Flaviano Melo (PMDB-AC) instituindo incentivo fiscal para empresário que empregar pelo menos 30% de trabalhadores com idade superior a 40 anos. O senador explicou que o substitutivo apresentado por Lauro Campos (PT-DF) mantém os propósitos de Flaviano Melo e acrescenta novas sugestões ao projeto. Suplicy afirmou que desde a implantação do Real o Brasil perdeu 733.177 empregos.

Unesco tombará São Luís, garante Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) está convencido de que o Bureau do Patrimônio Mundial da Unesco reconhecerá, em dezembro, a cidade de São Luís como Patrimônio da Humanidade, como adiantou ontem no plenário.

Ele ressaltou que o comitê da Unesco, reunido em Paris em junho, aprovou o dossiê técnico do governo do Maranhão e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

- Será uma honra para São Luís e para o mundo civilizado incluir-se a ilha no rol dos atuais 506 sítios de valor cultural inestimável no mundo - disse.

Lobão crê no tombamento pela Unesco

Campos vê saída do desemprego na modernização da economia

A redução dos encargos sociais do trabalho foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) como medida capaz de fortalecer o mercado interno e sua capacidade de gerar empregos. "É a maneira mais simples, menos burocrática e mais eficaz para minimizar o crescente nível de desemprego no país", observou.

Júlio Campos destacou que as micro, pequenas e médias empresas são os agentes econômicos mais dinâmicos na geração de empregos e que diminuir a carga tributária e a taxa de juros e abrir linhas de crédito atraentes beneficiará todo o sistema econômico.

O senador lembrou que a média de vida do brasileiro está subindo, o que significa que nas próximas gerações haverá mais gente a demandar empregos. Ele acha essencial criar desde já uma política de emprego, ao lado de uma política de renda, "que incentive o empresário a abrir suas portas, de maneira legal e ostensiva, ao trabalhador".

- É de fundamental importância que o governo consiga pavimentar com segurança o terreno da livre negociação entre empresários e trabalhadores. É nesse terreno, onde os níveis de regulamentação serão delimitados livre e democraticamente, que haveremos de estabelecer o grande pacto entre o capital e o trabalho - acrescentou.

Campos defendeu micro e pequenas empresas

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima e pela senadora Júnia Marise